

Acordo com credores na reta final

Está praticamente na reta final o acordo entre o governo brasileiro e os bancos credores da dívida externa em torno do pagamento dos US\$ 8 bilhões de juros atrasados acumulados até dezembro. Nesse momento, apenas US\$ 80 milhões separam o US\$ 1,92 bilhões oferecido pelo governo para pagamento em dinheiro dos US\$ 2 bilhões ainda pedido pelos bancos. "As negociações estão num ritmo bastante positivo", disse ontem em Nova Iorque o chefe da delegação brasileira, embaixador Jório Dauster, que, entretanto, não quis fazer

nenhuma previsão sobre o término das negociações.

Na noite da última quarta-feira, Dauster reuniu-se com os 22 integrantes do comitê dos credores para formalizar os entendimentos já mantidos com alguns bancos mais importantes, ao longo das últimas semanas. Como já havia sido acordado anteriormente, a parte dos atrasados que não for paga em dinheiro será convertida em bônus e, na reunião, os membros do comitê confirmaram que estão dispostos a aceitar que esses títulos tenham um prazo de até 10 anos. No início

das negociações, os bancos exigiam um prazo máximo de cinco anos.

Embora esse prazo seja considerado bastante razoável para o Brasil, Dauster ressaltou que esse é um item ainda em aberto, cuja definição depende de um acerto em torno da taxa de juros e do prazo de carência dos papéis. Segundo fontes que participam das negociações, os bancos querem receber, no mínimo, 7,6% ao ano, enquanto que o governo está oferecendo 6,86% e pleiteando a fixação de um limite máximo para se prevenir contra flutuações bruscas do mer-

cado. Já para o prazo de carência (o período em que não há amortização, mas apenas o pagamento de juros) a discussão gira ao redor de um período de 2 a 4 anos.

Entre os pontos já acertados está o que permitirá ao governo parcelar o pagamento em dinheiro, faltando definir o número das prestações, e o compromisso de que os bônus, com os quais se pagará a maior parte dos atrasados, só serão emitidos quando as duas partes chegarem a um acordo sobre o recalculamento da dívida total de US\$ 54 bilhões do setor público.